

“GLOBALIZAÇÃO E AUTONOMIA”¹

“GLOBALIZATION AND AUTONOMY”

Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira²

“Torna-se imperativo dar a todos os indivíduos não só a possibilidade efetiva máxima de participação em todo poder explícito, mas também a esfera mais extensa possível da vida individual autônoma” (Cornelius Castoriadis).

RESUMO

Estreitamente vinculado à fase pós-moderna do capitalismo multinacional, o atual processo de globalização diz respeito a profundas mudanças no campo econômico, político, sociocultural e tecnológico, caracterizando, assim, o contexto histórico em que vivemos. Esse processo tem sido analisado mediante molduras político-ideológicas que acabam em julgamentos moralizantes, tornam seu entendimento fragmentado e não evidenciam suas contradições. Essas contradições, produtivas (positividades da globalização) e não-produtivas (negatividades), agem sobre todos os aspectos da vida e, conseqüentemente, sobre a autonomia dos indivíduos pós-modernos, podendo incentivar/facilitar o seu exercício e/ou obstaculizá-lo. Portanto, o objetivo deste trabalho será analisar os principais aspectos gerais que caracterizam a globalização, mostrando como eles podem influenciar na autonomia individual. Para isso, destacarei as repercussões políticas do avanço tecnológico, da influência das transnacionais e das novas formas de ação política. No que tange à autonomia, tomarei como base o consenso que existe sobre as condições essenciais a esta, que são a independência do controle de influências e a capacidade de agir livremente. Na fundamentação teórica, destacarei Roland Robertson, Anthony Giddens e Cornelius Castoriadis.

PALAVRA-CHAVES: globalização; autonomia; capitalismo pós-moderno.

ABSTRACT

The current globalization process, conjoined to the post-modern period of multinational capitalism, is related to economic, politic, socio-cultural and technological deep modifications that represent the historical context where we live. This process has been analyzed according to the ideological-politic manner, which results in moral judgments, fragmented understandings and non-change contradictions. These productive (positive effects of globalization) and non-productive (negative effects) contradictions affect all aspects of life. Consequently, the autonomy of post-modern individuals is affected too, which can motivate/facilitate or/and become an obstacle to its practice. Therefore, the objective of this work is to analyze the main aspects about globalization, demonstrating their influences in the individual autonomy. In this sense, I will emphasize the politic repercussions of technological improvements, as well as the influence of multinationals and the new methods of politic actions. Regarding to autonomy, I will support my theories according to the consensus of the independence of controls and the capacity to act freely. Roland Robertson, Anthony Giddens and Cornelius Castoriadis will be taken as theoretical references.

KEY WORDS: globalization; autonomy; post-modern capitalism

¹ Este artigo se refere à palestra de mesmo título, que ministrei no evento "*Seminários Avançados: desenvolvimento rural e sustentabilidade*" no Curso de Mestrado em Extensão Rural/UFSM em 22.05.2001.

² Professor Assistente do Departamento de Sociologia e Política-CCSH/UFSM

Doutorando em Educação - Linha de Pesquisa: Política e Educação
e-mail: holgonsi@uol.com.br

home page: www.angelfire.com/sk/holgonsi

1. GLOBALIZAÇÃO E AUTONOMIA aproximações gerais

O atual processo de globalização tem sido visto/analísado como algo exclusivamente positivo, ou então, exclusivamente, negativo. Os apologistas defendem este processo como um novo tempo-espaço que abre possibilidades para realização dos indivíduos através de um progresso social e econômico positivos (com melhores padrões de vida), da inovação tecnológica (maior facilidade de locomoção, de contato com o mundo, de ganho de tempo, de acesso à informação) e da liberdade cultural. Possuem uma concepção bastante clara dos desenvolvimentos técnicos propiciados pelo capitalismo global, porém minimizam as conseqüências socioeconômicas e as políticas negativas para os indivíduos neste contexto.

Os críticos radicais acentuam que a globalização é a responsável pelo aumento da pobreza, da violência e da destruição ambiental; é destruidora das tradições locais, provoca uma homogeneização cultural sem precedentes e subordina as regiões mais pobres às mais ricas. Através de uma postura idealista, afirmam que a globalização é determinada pelo neoliberalismo, faltando-lhes a distinção entre o que é um fenômeno estrutural objetivo (globalização) e o que é um programa político-ideológico (neoliberalismo) que procura adaptar-se a esse fenômeno. Se é ingenuidade negar a influência do neoliberalismo sobre a globalização, também o é afirmar sua determinação. Ao contrário dos apologistas, negam as positivities desse processo.

Nesse dualismo, estão envolvidos preconceitos ideológicos que servem para justificar posições teóricas e políticas. Um enfoque voltado unicamente para a riqueza ou então para a pobreza de nossa História presente representa julgamentos moralistas absolutos que obstaculizam um entendimento

efetivamente crítico da globalização. Constitui-se, portanto, dogmatismo, ingenuidade e limitação teórica a exigência que, muitas vezes, se coloca para que nos posicionemos a favor ou contra a globalização.

Além dessas posturas, temos também visões fragmentadas da globalização, que a compreendem apenas como formação de megablocos e blocos regionais de poder (domínio econômico); ou somente como o desenvolvimento da economia informacional (domínio tecnológico); ou um processo exclusivamente cultural; ou então significa apenas a vitória do mercado (domínio ideológico). Uma visão efetivamente crítica da globalização leva em consideração que ela é uma condição histórica concreta e, portanto, permeada de contradições (produtivas e não-produtivas), surge um fenômeno multidimensional, que diz respeito não só ao domínio econômico, mas também ao domínio político, ao sociocultural, ao tecnológico, ao educacional, etc.

Além de ser mais do que um fenômeno micro ou macroeconômico, a globalização também diz respeito ao nosso cotidiano, sendo este outro aspecto que tem sido bastante negligenciado nas análises, pois priorizam as influências de grande alcance; mas a globalização também é, conforme destaca Giddens (1996), um fenômeno "aqui dentro", diretamente ligado às circunstâncias da vida local. Por exemplo, não só a decisão de se organizar um bloco econômico de poder terá repercussões no nosso dia-a-dia, como também as nossas decisões no âmbito das relações pessoais, no campo do consumo (tipos de produtos que consumimos, frequência deste consumo, etc.), em relação ao nosso corpo, enfim, nossas ações cotidianas repercutem na ordem global¹.

Estamos aqui em contato com o clássico conceito de globalização dado por Giddens (1991) no qual ele a divulga como a intensificação das relações sociais em es-

cala mundial e as conexões entre as diferentes regiões do globo, por meio das quais os acontecimentos locais sofrem a influência dos acontecimentos que ocorrem a muitas milhas de distância e vice-versa. As conseqüências de nossos atos estão encadeadas de tal forma que o que fazemos agora repercute em espaços e tempos distantes. Isso diz respeito às interconexões que se dão entre as dimensões global, local e cotidiana e, logo, às conseqüências recíprocas entre as dimensões macro e micro.

Se para muitos (como, por exemplo, Z.Bauman (1999)) a globalização faz referência especificamente aos efeitos globais, não-pretendidos e imprevistos, parece-me então que o correto seria falarmos de “*glocalização*”, termo adequado de Roland Robertson, que torna explícita a unidade entre as decisões, pressões e conseqüências globais e locais.

Por tudo isso, Robertson afirma que a globalização “...se trata de um fenômeno que requer nitidamente aquilo que se chama convencionalmente tratamento interdisciplinar...” (In: Featherstone, 1994, p.26), pois é através dele que reconheceremos as interconexões e interdependências entre aqueles domínios, como também entre os diferentes fluxos que atuam como forças geradoras deste contexto globalizado e que causam ações e reações através de uma cadeia de relações e dependências que se tornam mundiais. Isso exige o envolvimento não só das ciências sociais e das humanidades, como também das ciências naturais².

Requer também este tratamento, porque a mesma significa “*o mundo-como-um-todo*” (Robertson, In: Featherstone, 1994, p.26), e o entendimento do mundo atual de forma “total”³ ou “como-um-todo” significa tomarmos a globalização como um traço da pós-modernidade (assim como o internacionalismo foi da modernidade) e, conseqüentemente, como um traço do capitalismo multinacional/tardio, pois, segundo as idéias de Kellner⁴, quem quer falar sobre o capi-

talismo tem que falar sobre a globalização e é impossível teorizar sobre a globalização sem falar da reestruturação do capitalismo.

Sob este viés, o entendimento do processo global deve ser associado a conceitos como tempo-espaço pós-moderno, pós-fordismo, neoliberalismo, transnacionais, sociedade do conhecimento, sociedade do consumo, novos movimentos sociais e outros, bem como "...a profunda relação constitutiva de tudo isso com a nova tecnologia, que é uma das figuras de um novo sistema econômico mundial..." (Jameson, 1996, p. 32), ou se preferir, uma das forças da globalização, exercendo sobre ela um duplo papel, facilitando-a e pressionando-a constantemente para ampliá-la.

As mudanças globais resultantes desta e de outras formas de pressão (econômica, política e cultural) refletem em nossos atos de escolha e tomada de decisão. Por ser um contexto contraditório, geram-se problemas, mas também soluções; dependências, mas também desenvolvimentos; limites e possibilidades, que repercutem em nossa maneira de ser, pensar, sentir e agir e, portanto, em nossa autonomia. É nesta direção que quero analisar a relação globalização-autonomia, partindo do princípio de que, sob uma ótica dialética, a globalização pode favorecer e ampliar o exercício da autonomia dos indivíduos pós-modernos e pode também dificultar, limitar ou impossibilitar tal exercício.

Tomarei a autonomia aqui como a capacidade de reger-se por si mesmo, autodeterminação, independência. Conseqüentemente, privilegiarei seu sentido político-filosófico, sem esquecer que este sentido é intrínseco aos sentidos material, psicológico e sociocultural. Relacionando este conceito com o pensamento de Castoriadis (1992), vou considerar "indivíduo autônomo" aquele que é capaz de uma atividade refletida própria; aquele que reconhece, nas leis e no poder da sociedade, suas próprias leis e seu próprio poder; e "socie-

dade autônoma” aquela que, a partir da reflexividade coletiva (participação dos cidadãos, questionamentos e decisões referentes às empresas coletivas), dá a ela mesma as suas próprias leis.

Com base nas principais transformações advindas do processo de globalização, procurarei mostrar, ainda que parcialmente, como estas influenciam na autonomia dos indivíduos pós-modernos, mas tendo sempre como pressuposto principal a idéia de que “...a autonomia surge, como germe, assim que a interrogação explícita e ilimitada se manifesta..” (Castoriadis, 1992, p.139). Assim, ao eixo central da análise, podemos levantar as seguintes questões: como a globalização está influenciando na capacidade de reflexão dos indivíduos?; sob que condições o contexto global propicia ou não a participação e os questionamentos do cidadão?; o indivíduo globalizado está sendo motivado a interrogar sobre o que lhe é posto pelas forças globais?, e, mais, desenvolve a prática política e efetiva sua autonomia indo além desta interrogação e agindo reflexivamente, “fazendo e instituindo”?

Considero essas questões de fundamental importância porque a autonomia se tornou exigência básica para a vida nesta sociedade globalizada. Estas deveriam fazer parte da reflexão de todos aqueles que discursam em favor de uma globalização mais democrática, pois o exercício da autonomia opõe-se a toda e qualquer forma de autoritarismo (das mídias, das transnacionais, do partido, do sindicato, da escola, da família, etc), que busca determinar o indivíduo por algo que é alheio à sua vontade¹. Ao significar autodeterminação, a autonomia torna-se fundamental para a construção da cidadania, pois combate o que está instituído, dado, determinado e busca reinstituí-lo, fazendo do indivíduo um ser instituinte².

Devido à complexidade/interdisciplinaridade da questão, farei menções à autonomia do Estado-Nação e de

comunidades locais em sua relação com o contexto global, porém buscando, em última instância, avaliar a questão da autonomia individual.

Para desenvolver essas idéias, proponho ter como vínculo central aquela expressão usada por Robertson para definir a globalização - "*o mundo-como-um-todo*"³ - e, a partir dela, numa direção completamente autônoma, destacar as transformações econômicas, políticas, tecnológicas e socioculturais que hoje constituem consenso entre os principais teóricos da globalização, como caracterizadoras deste processo, e suas relações com a autonomia dos indivíduos.

2. O MUNDO-COMO-UM-TODO E AS IMPLICAÇÕES PARA A AUTONOMIA

Inicialmente, cabem as perguntas: o que possibilitou sentirmos o mundo-como-um-todo?; o que permitiu a realização da metáfora de McLuhan da "aldeia global"? A percepção deste "todo" só foi possível graças ao desenvolvimento das novas tecnologias (toda a tecnologia de produção e reprodução do simulacro), as quais mexeram profunda e irreversivelmente com as duas categorias básicas da existência humana - o tempo e o espaço. O que Harvey (1989) chamou de "compressão do tempo-espaço" (prefiro sem o hífen) significa a queda das barreiras espaciais, tornando-se menor o mundo, aproximando-se as distâncias e substituindo o tempo de longa duração pelo tempo da velocidade. Assim, as qualidades objetivas do tempo e do espaço são revolucionadas, e nossa representação do mundo é alterada.

Vivenciamos o mundo-como-um-todo, porque as novas tecnologias de comunicação e informação o trazem para dentro de nossas casas e, simultaneamente, nos levam para fora, colocando-nos em contato com outros costumes, ou-

tras maneiras de ver o mundo, de viver a riqueza e de sentir a pobreza. A interface da tela (televisão, computador, teleconferência, teletrabalho, etc.), abolindo a realidade das distâncias, faz com que estejamos no “mundo todo” sem que para isto precisemos viajar fisicamente, e isto “...ultrapassa a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior mapeável...” (Jameson, 1996, p.70), e transforma a sala de estar, o escritório e outros espaços, que seriam improváveis há pouco tempo, em lugares de assimilação de tecnologia.

No mundo-como-um-todo, as novas tecnologias fizeram das indústrias culturais poderosas empresas transnacionais, as quais concentram tudo o que diz respeito à comunicação de massas e ao entretenimento⁸; criam e transmitem os chamados eventos globais (que podem variar de um evento artístico a uma guerra) e, através da convergência dos setores audiovisuais, de tecnologias de computadores e telecomunicações, tais indústrias estão revelando transações de importância vital e desenvolvendo exponencialmente um mercado mundial. Nas áreas de computadores e comunicações, grandes empresas adquiriram o status de “jogadores globais” e exploram o lucro através de produtos audiovisuais e serviços on-lines, delineando o que, hoje, chamamos de sociedade da informação.

Construíram o mundo-como-um-todo através de um tempo-espaço tecnológico que não tem estrutura, é flexível, volátil, descentrado e, obviamente, apresenta o mundo globalizado com uma dimensão mais explicitamente tecnológica⁹. Esse tempo-espaço se comprime por meio de inúmeras interdependências como, por exemplo, as econômicas, políticas, socioculturais e as ecológicas, e os horizontes temporais são reduzidos a um “presente perpétuo”.

Essa redução nos faz sentir, pensar e viver o mundo-

como-um-todo como uma série de “puros presentes” não relacionados no tempo e isto, de acordo com Jameson (1996), configura o mundo da esquizofrenia. Sintetizando a descrição de Lacan da esquizofrenia como a ruptura na cadeia de significantes, ele destaca que, quando tal relação interna dos significantes é rompida, as cadeias da significação são quebradas, e “...então temos a esquizofrenia sob a forma de um amontoado de significantes distintos e não relacionados...” (p.53).

Portanto, as novas tecnologias, que nos possibilitaram o mundo-como-um-todo, acabaram transformando os indivíduos globalizados em seres esquizofrênicos em consequência da sua incapacidade de relacionar coerentemente passado e futuro. Viver o tempo como presente perpétuo é viver de forma fragmentada, superficialmente, forjando a consciência pela efemeridade dos acontecimentos, dos relacionamentos e das coisas.

Sob esse aspecto, a globalização tem colocado um grande obstáculo para a formação/exercício da autonomia dos indivíduos. A prática do questionamento e da reflexividade¹⁰ só pode ser feita por uma consciência crítica que tenha entendimento do “todo” que seja capaz de estabelecer relações e entender as contradições, e isso significa profundidade, fixar-se na essência. O fazer e o re-instituir, objetivos maiores de uma prática autônoma, dependem da produção de novas estratégias políticas voltadas para a construção consciente de futuros sociais alternativos.

Ora, tanto a profundidade como a capacidade de estabelecer estratégias para a mudança social constituem-se num déficit político para quem vive o tempo como presente perpétuo, pois isso gera práticas fragmentadas, superficiais e exercita-se apenas a consciência ingênua. Sendo assim, a autonomia fica impossibilitada em circunstâncias esquizofrênicas, nas quais a consciência alienada do indivíduo tradicional é

substituída pela consciência fragmentada do indivíduo pós-moderno e globalizado.

Por outro lado, a revolução da informação propiciada pelas novas tecnologias no mundo-como-um-todo abriu um novo espaço de comunicação (telecomunicação interativa), criou as chamadas estruturas de informação e comunicação que favorecem práticas autônomas no momento em que aumentam nossos horizontes e facilitam a produção de novos conhecimentos, confluindo para o viés cultural da cidadania. Por meio dessas estruturas (destaque especial à Internet), abre-se um novo espaço para circulação de idéias, lutas e alianças progressistas¹¹, favorecendo-se a participação política, desde que seja repensada a relação entre os intelectuais e as novas tecnologias. A presença da esfera pública nestas estruturas amplia a participação dos indivíduos nas tomadas de decisão e no acompanhamento do que está sendo feito pelo poder público.

Mas, não podemos esquecer que essa possibilidade para a formação/exercício da autonomia depende de meios financeiros para acesso aos diferentes serviços oferecidos, da obtenção de novas habilidades técnicas para o domínio das novas tecnologias e de um adequado capital cultural o que, em condições de globalização, continua sendo privilégio de uma minoria, e a "...exclusão das estruturas de informação e comunicação em exclusão da cidadania, na verdade, exclusão política e cultural da sociedade civil..." (Lash, 1994, p.161), o que acaba contribuindo mais para manutenção da heteronomia.

Cabe ainda destacar, aqui, que os computadores e a inteligência artificial têm superado as limitações humanas nos modelos organizacionais globalizados. Novos conhecimentos são realizados por meio de combinações e recombinações de dados, feitas autonomamente pelo cérebro artificial. Ao colocar todos como receptores e executores do mesmo

sistema, a ordem lógico-cibernética ameaça a autonomia dos indivíduos, porque, mediante novas tecnologias, cria um ambiente propício à manipulação dos modos de pensar, sentir e agir dos indivíduos, resultando isto num melhor sistema de controle.

As novas tecnologias de informação e comunicação foram também decisivas na reestruturação do mundo do trabalho e da produção, configurando o que chamamos de pós-fordismo e que se caracteriza por uma valorização maior das formas sofisticadas de capital (tecnologia, investimento e, principalmente, recursos humanos) sobre as formas estáveis (terra e matérias-primas). Resultado da automação, da robótica e da microeletrônica inseridas no processo de produção, temos as mudanças que possibilitaram a internacionalização da produção com estratégias de longo alcance (conhecidas como “flexibilização do trabalho”) que repercutem diretamente no exercício da autonomia¹².

Nessa etapa do capitalismo global, crescem as demandas organizacionais por qualificação, alterando-se completamente o perfil de habilidades dos trabalhadores. Ao contrário do fordismo, exige-se agora que eles trabalhem com o conhecimento (cuja intensidade envolve a reflexividade), sejam criativos, tomem decisões constantemente e se comuniquem horizontalmente. Tudo isso porque a inovação ocorre muito mais rapidamente, em consequência do crescimento de um mercado global segmentado que precisa ser atendido com produtos diferenciados. Isso só será possível se os trabalhadores tiverem a autonomia como central no conjunto das chamadas competências transversais.

Esse é o caso em que “...a estrutura efetivamente obriga a ação a ser livre, no sentido de que a acumulação estrutural do capital só é possível conquanto a ação consiga se libertar das estruturas “fordistas” limitadas por regras...” (Lash, 1994, p.145). Portanto a acumulação flexível exige trabalhadores

autônomos, porque somente com este valor eles conseguem manejar as ferramentas dinâmicas da fábrica pós-fordista, aumentando-lhe a produtividade, a competitividade e a lucratividade, tripé do capitalismo e do sistema globalizado.

Assim, por meio deste novo paradigma produtivo e como estratégia contraditória deste, a globalização favorece e amplia o exercício da autonomia dos indivíduos. Afirmo isso porque a exigência de um sistema pós-fordista, que *força* práticas autônomas para sua manutenção, acaba propiciando aos indivíduos um espaço para desenvolvimento de suas competências, o que significa o início de um processo educativo que só pode ser completado por instituições educacionais formais e informais (escola, universidade, família, associações, movimentos sociais).

Se tivermos em mente o princípio Gramsciano de que os métodos de trabalho são inseparáveis das maneiras de viver, pensar e sentir a vida¹³, então podemos concluir que a atuação autônoma, no processo produtivo, abre uma grande possibilidade dessa mesma prática em todas as esferas da vida humana. Outrossim, a autonomia não se constitui numa qualificação técnica, específica para o mundo do trabalho, mas, sim, numa qualificação social e uma competência transversal as quais se desenvolvem sobre a base do saber-fazer e do saber-ser, possibilitando ao homem um desenvolvimento profissional, individual e social.

Quando falamos da globalização como o contexto formado pela síntese das tecnologias de informação, de comunicação e de entretenimento, que reestruturam não só o lazer, mas também o trabalho, a produção, a educação e o próprio homem, estamos-nos referindo a uma nova forma de capitalismo chamada tecnocapitalismo¹⁴ que, em termos de economia política, se caracteriza pelo aumento do poder do mercado e pelo declínio do Estado-Nação acompanhado do crescente poder das corporações transnacionais no mundo-como-

um-todo.

Formadas pela atuação em rede de transnacionais de todos os setores (e mais o conjunto das instituições financeiras globais - FMI, Banco Mundial e as Bolsas de Valores), num grau de interconexão *sui generis* na história do capitalismo, constituem a cadeia corporativa, indispensável para o entendimento da globalização. Consideradas por Sklair (1995) os veículos do capitalismo global, as corporações transnacionais são forças dominantes ou blocos constituintes do sistema global, e seus orçamentos são muitas vezes superiores ao da grande maioria dos Estados.

Essa importância é justificada por causa da influência dessas corporações, além dos meios de informação, comunicação e entretenimento, também na organização dos trabalhadores da internacionalização da produção e, principalmente, nos processos econômicos, no comércio global e nos mercados financeiros. Elas buscam também o megamercado no qual o padrão do progresso técnico, conjugado com a preferência dos consumidores e com as políticas locais, favorece a mobilidade dos fatores produtivos e financeiros. Fazem convergir para suas sedes (nos países desenvolvidos) os fundos de investimento e receitas e estão relacionadas à globalização financeira da década de 90 com seus fluxos instantâneos e globais de megarecursos de investimento.

A atuação das transnacionais está voltada para a manutenção do capitalismo global através do aumento contínuo da produção e do comércio internacional, e, para garantir o ambiente e as condições políticas de sua atuação, envolvem-se na política dos países hospedeiros, condicionando, muitas vezes, a gestão dos governos nacionais. O Estado-Nação como espaço da regulação econômica, torna-se enfraquecido, e sua autonomia e competência, incertas. Isso acaba comprometendo a capacidade de coordenação política e de promoção do desenvolvimento por parte dos

Estados, e os governos tornam-se menos efetivos na formulação de políticas sociais que venham ao encontro das necessidades geradas pela lógica do mercado.

O problema da autonomia, aqui, contribui para o declínio do poder do Estado-Nação, e, com isso, o surgimento de uma nova matriz geopolítica, na qual se estrutura um novo quadro macroeconômico e político-institucional de alcance mundial, liderado por tais corporações, que relegam os Estados que não lhes oferecem privilégios a uma posição de irrelevância estrutural.

É importante mencionar que o declínio do poder do Estado-Nação acentua-se mais ainda devido ao aumento extraordinário do funcionamento das bolsas financeiras¹⁵ no mundo-como-um-todo que, baseado em sua maior parte em aplicações puramente especulativas nos mercados de juros, câmbio e mercadorias a termo, torna o colapso financeiro uma possibilidade real no mundo globalizado. Nesse caso, a autonomia dos Estados nacionais também é afetada, pois passam a legislar em razão dos investimentos internacionais e da exploração das vantagens comparadas, num contexto em que a coordenação financeira tem poderes imensamente ampliados. Segundo Castells (1999, p. 420), "...as redes financeiras globais são o centro nervoso do capitalismo informacional, e seus movimentos...trazem a ruína ou a prosperidade a poupadores, investidores, empresas e países...".

Associadas a uma cultura pós-moderna de consumo, as transnacionais fazem circular produtos, imagens e idéias ao redor do mundo. São verdadeiras forças globais que concretizam a cultura global.

Quando as comunidades locais oferecem resistência, sua autonomia é respeitada no sentido de que se preservem hábitos, costumes e valores, e a cultura global vai-se concretizando pela multiplicação de diferentes produtos, serviços, espetáculos, etc., voltados para grupos específicos. Isso também

favorece a autonomia dos especialistas relacionados à produção e disseminação da cultura e possibilita uma maior complexidade cultural. Sob esse aspecto, o termo glocalização diz respeito ao terreno da cultura, e nisso se refere a uma estratégia global que se ajusta às demandas do mercado local em vez de impor produtos padronizados.

Quando não são oferecidas resistências, essa concretização ocorre às custas da autonomia dos contextos culturais; são “impostos” padrões de consumo e, conseqüentemente, com eles, comportamentos e valores, gerando incertezas nas comunidades locais. É necessário observar que a lógica das corporações transnacionais é a lógica do consumismo, que busca o lucro pela redução do homem à condição de consumidor permanente, caracterizando o projeto ideológico-cultural do capitalismo global.

Nesse sentido, a autonomia dos indivíduos é sufocada, pois estes se voltam essencialmente para o consumo e são conduzidos a uma passividade completa que os impede de tomar decisões livres e de serem autônomos. Entregues ao prazer e retraídos no conformismo, não interrogam sobre as instituições, sobre as leis e nem sobre o seu pensar; buscam satisfazer apenas as necessidades que são fabricadas pela mídia e, isso, conforme Castoriadis (1992), os faz viver preocupados com a intensa escolha trágico-heróica que devem efetuar entre um Citroën e um Renault ou entre os produtos de Estée Lauder e os da Helena Rubinstein.

Em contraposição a esse conformismo e aos problemas gerados e/ou aprofundados pela globalização, emergiu uma nova forma de fazer política que se caracteriza como uma contradição produtiva do tempo-espço globalizado. Estou referindo-me, aqui, ao surgimento da sociedade civil organizada na arena política; à força dos novos atores sociais, que vão ocupar o lugar central das classes sociais, desacreditando na excessiva totalização das “metanarrativas” (Lyotard,

1986) de emancipação do liberalismo e do marxismo. Sobrepondo-se às discussões e decisões políticas de parlamentos e governos, vão-nos fazer pensar e agir numa direção que nos leva para “além da esquerda e da direita”, como diz o título da obra de Giddens (1996).

Por meio de uma diversidade de práticas bem como de recursos conjugados da informática e da telecomunicação, os novos atores¹⁶ têm-se articulado independente das formas convencionais de organização política; expressando os novos problemas e necessidades de um mundo globalizado, lutando em defesa do meio ambiente, da qualidade de vida, dos direitos humanos, do respeito às diferenças, da paz, etc, revelando, em sua luta, a necessidade de articulação entre os objetivos econômico, social e ambiental, assim como a politização de todas as esferas da existência social e pessoal as quais se tornam passíveis de questionamentos e mudanças a qualquer momento.

Isso nos mostra, conforme salientou Beck (1997), que a constelação política da sociedade tradicional (política oficial, dirigida por regras) está-se tornando não-política, e o que era não-político (política subsistêmica autônoma que altera as regras) está-se tornando político na sociedade globalizada.

Por estarem voltadas predominantemente para a celebração das diferenças, da pluralidade e alteridade, as novas formas de política, hoje em curso, constituem-se num canal de abertura para a formação, o exercício e a ampliação da autonomia dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade, pois, através delas, estão sendo evidenciadas possibilidades para os indivíduos interrogarem e agirem sobre o que lhes é imposto pelas forças globais e re-instituírem a política, considerando-se as mudanças econômicas, socioculturais, tecnológicas e cotidianas da globalização.

Abre-se, portanto, um espaço para participação e para reivindicação das necessidades sociais, políticas e culturais

insatisfeitas, libertando-se a ação política de uma política totalitária que considerava verdadeiros agentes políticos apenas o parlamento, os partidos e os sindicatos e agia coercitivamente sobre a sociedade, mas não resolvia os problemas humanos. A superestrutura corporativista e político-partidária forjava as opções políticas e isso enfraquecia a democracia e a autonomia, pois subordinava os indivíduos aos dirigentes dos partidos. Hoje, ao contrário, existe a consciência de que "...as oportunidades e ameaças...devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos..." (Beck, 1997, p. 18).

No mundo-como-um-todo, está-se promovendo a autonomia dos indivíduos por meio dessa nova política, porque ela reforça as concepções de identidade coletiva, dá o direito de se falar com a própria voz e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima, pois, nenhuma voz, objetivo ou meio para transformação social constituem-se como únicos e verdadeiros, o que está de acordo com aquele pensamento de Foucault (1993, p.70) que diz: "quem fala ou age? sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age"

Está-se favorecendo e ampliando o exercício da autonomia, porque os indivíduos, através de seus microgrupos, têm procurado promover uma maior aceitação da diversidade e da heterogeneidade; têm resistido, exigindo responsabilidade dos governos e das organizações multilaterais que fazem parte do processo de globalização; têm enfrentado os novos tipos de poder, tais como o poder da mídia, das novas tecnologias, da cultura de consumo e das transnacionais que, entre outras coisas, pode resultar na descaracterização das culturas locais. É por intermédio da nova política autônoma que os indivíduos estão exigindo responsabilidade das grandes empresas no que tange ao meio ambiente, em consequência dos aspectos destrutivos de um crescimento econômico

desenfreado que está repercutindo, cada vez mais, negativamente, sobre a qualidade do desenvolvimento socioambiental.

Mas, também devo dizer isso de outra forma, ou seja, é por causa da falta de responsabilidade dos governos com as políticas públicas, é por causa do poder da mídia, das novas tecnologias, das transnacionais, da destruição ambiental, da exploração de mulheres e crianças (sexualmente e no mundo do trabalho), do aumento da violência e da pobreza, da apatia política, tudo isso no mundo-como-um-todo, que necessitamos de indivíduos autônomos¹⁷, pois "...a ação deliberada do homem *pode* efetivamente mudar as regras da estrutura social, inclusive as que levam à exclusão social". Castells (1999, p.192). No atual processo de globalização, as tecnologias de informação, comunicação e produção, embora moldadas por forças sociais específicas com o objetivo de produzir/manter a heteronomia, podem ser reconfiguradas e usadas para um maior exercício da autonomia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização é o mundo-como-um-todo. É a conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais, formando-se uma "rede de relações" entre formas sociais e eventos locais e distantes, o que quer dizer uma aproximação como nunca entre os indivíduos e uma ressonância instantânea dos fatos, eventos, ações e produtos neste sistema global. Configura-se como um contexto histórico muito rico, contraditório por excelência, em constante mutação e, por isso, marcado pela incerteza.

Dialeticamente é definida e define as inúmeras mudanças relacionadas às estruturas econômica, tecnológica, política e cultural como, por exemplo, a simultaneidade da comunicação

de massa, a compressão do tempo-espço, a financeirização do mundo, um mercado mundial amplamente interligado, as novas formas de fazer política e o desenvolvimento, sem precedentes, das novas tecnologias em todos os setores, mudando a natureza do homem.

As mudanças da globalização, impulsionadas pelas forças globais, geraram novos conceitos, reformularam outros; acentuaram velhos problemas e criaram problemas novos de difícil avaliação e de controle incerto; têm feito do indivíduo um receptor e consumidor contumaz. Sob essa ótica, nossa capacidade de decidir, optar, participar, questionar e re-instituir vai sendo enfraquecida e, em muitas circunstâncias, anulada. Isso quer dizer que a formação e a prática da autonomia são limitadas por tais forças globais, o que faz com que não tenhamos participação alguma na definição desse novo contexto, nem nos nossos objetivos de vida. Vivemos, sentimos, fazemos e agimos heteronomamente, sujeitos a processos globais e totalitários de manipulação.

Mas, essas mesmas mudanças geradoras da globalização e por ela geradas também abrem possibilidades para intervenção por meio de novas formas de participação política do indivíduo globalizado, transformando-o num produtor de sentidos. Opondo-se às forças globais que tentam dirigir o sistema global em favor de seus próprios interesses, os indivíduos estão fortalecendo sua capacidade de decidir, optar, participar, questionar e re-instituir. Estão fortalecendo sua autonomia para viver, sentir, fazer e agir livres de determinações que lhes são exteriores e que não dizem respeito aos seus objetivos, pois ser autônomo significa ser autor de suas decisões e ações.

Dessa maneira, quero concluir privilegiando as contradições produtivas da globalização (sem negar as não-produtivas) e, portanto, afirmar que não somos, necessariamente, agentes passivos da globalização. Os princípios das forças

hegemônicas globais não são necessariamente, determinantes de nossas escolhas, ações e decisões, não temos que sofrer conseqüências, nem tampouco receber soluções como dádivas que servem apenas para manter a concentração da riqueza e da liberdade de se mover e agir.

Mas para que isso não aconteça (determinismos e heteronomia), indivíduos, grupos, comunidades locais precisam enfrentar os desafios das forças globais e exercer sua autonomia nas “brechas do sistema”(Gramsci). Essas brechas estão sendo colocadas pela nova política, tanto no contexto cotidiano e regional como no global, e de maneira mais sutil no mundo do trabalho e no próprio desenvolvimento tecnológico. Seguindo Jameson, eu diria que elas podem não produzir uma mudança *da* globalização, mas, com certeza, produzem mudanças *na* globalização. Se nossas ações produzem conseqüências globais, quer dizer que cada indivíduo interagindo localmente não só forma, exerce e amplia sua autonomia e a autonomia da sua comunidade como pode redefinir para melhor essa nova ordem mundial. Afirmar o contrário é mais fácil e óbvio, mas é também negar as possibilidades do homem como ser instituinte.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECK, Ulrich e GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.3)**. Trad. de Klaus Gerhardt e Roneide Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **O mundo fragmentado. (As encruzilhadas do labirinto; v.3)**. Trad. de Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

_____. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. Trad. de Alvaro Hattner. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo - a lógica cultural do capitalismo tardio**. Trad. de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ed. Ática AS, 1996.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-moderno**. Trad. de Ricardo Barbosa. Rio de Janeiro: Jpsé Olympio, 1986.

ROBERTSON, Roland. Mapeamento da condição global: globalização como conceito central. In FEATHERSTONE, Mike (coord.) **Cultura global - nacionalismo, globalização e modernidade**. trad. de Atílio Brunetta. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.23-39.

SKLAIR, Leslie. **Sociologia do sistema global**. Trad. de Reinaldo Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

NOTAS

¹ Este aspecto, segundo Giddens (1997, p. 75), é menos evidente, o que, de certa maneira, justifica a atenção dada apenas às influências e determinações dos acontecimentos globais sobre o cotidiano.

² Caracterizo com isso o paradigma epistemológico da complexidade para análise do processo global no lugar do paradigma da simplicidade (superficial, unilateral e fragmentado).

³ O entendimento do mundo na sua totalidade não quer dizer que se vá dizer “tudo sobre tudo”, o que é uma tarefa completamente impossível, mas consiste em analisá-lo mostrando as relações, conexões, inter-relações, ou seja, “...em dizer aquilo de que o todo depende e aquilo que depende do todo” (cfme. Pierre Vilar, In: Ciro F. Cardoso e Héctor P. Brignoli, *História Econômica da América Latina, RJ, 1984, p.68*).

⁴ Importantes análises de Douglas Kellner em textos sobre as novas tecnologias, mídia, sociedade e cultura na página: <http://human.ntu.ac.uk/foh/freebase/kellner.html>

⁵ E, isso, ao contrário da autonomia, gera a heteronomia.

⁶ Conforme a análise de Castoriadis (1992), no capítulo: “*Poder, Política e Autonomia*”-p.121-149.

⁷ É importante salientar que, quando Robertson conceitua dessa maneira o processo de globalização, ele não está dizendo que esse “todo” é um todo integrado de forma funcional simplista, mas é um “todo” de contradições e incertezas (cfme. Robertson, In: Featherstone, 1994, p. 26).

⁸ São os chamados “comunicadores planetários”, com propriedade entrelaçada de rádios, gravadoras, cinemas, editoras,, tevês regulares e a cabo, revistas, jornais, vídeos e serviços *on-line*.

⁹ Isso justifica a posição daqueles que interpretam a globalização apenas como sinônimo de revolução tecnológica; ou, então,

apresentam a tecnologia como sendo de certo modo, "...a *"determinação em última instância"* da vida social cotidiana de nossos dias, ou de nossa produção cultural..." (cfme. Jameson, 1996, p. 63).

¹⁰ O termo reflexividade, aqui, deve ser tomado com base na definição de Giddens (1996), ou seja, o exame, a reformulação constante e a alteração constitutiva do caráter das práticas sociais à luz de informação renovada.

¹¹ O inverso também é verdadeiro, ou seja, o espaço também é aberto às idéias e lutas de grupos reacionários.

¹³ Esse importante pensamento é desenvolvido por Antonio Gramsci, quando ele analisou as questões referentes ao americanismo e ao fordismo e pode ser aprofundado por meio da obra *"Maquiavel, a política e o estado moderno"*, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1978, p. 375-413.

¹⁴ O tecnocapitalismo é a síntese do capital e tecnologia na atual organização da sociedade.

¹⁵ O faturamento diário nas bolsas internacionais, hoje, é de mais de US\$ 1 trilhão; nas transações financeiras, o próprio dinheiro é o produto comprado e vendido e, para as decisões de investimento, não têm nenhuma importância os fatores de ordem geográfica ou mesmo humanos. Através da interligação mundial dos centros financeiros, o capital alcançou seu nível máximo de mobilidade, e o valor de troca está totalmente desvinculado do valor de uso das mercadorias.

¹⁶ Mulheres, homossexuais e lésbicas, negros e minorias étnicas, ambientalistas, estudantes, etc., todos têm procurado resistir à cultura dominante.

¹⁷ Uma análise voltada especificamente para as exigências da autonomia na globalização é o foco do trabalho intitulado *"O sentido da autonomia no processo de globalização"* de Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira e Maria Arleth Pereira, aprovado por mérito na 21.a Reunião Anual da ANPEd, e publicado na Revista Educação (do Centro de Educação-UFSM), Vol.22, n.o 2, 1997.